



Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia (texto)

No âmbito do debate sobre “Como melhorar a Educação em Portugal”, promovido pelo Conselho Nacional de Educação, a Associação Portuguesa de Professores de Biologia e Geologia vem contribuir para esse debate enviando, ainda que com atraso relativamente aos prazos pedidos, alguns aspectos que considera relevantes sobre a Educação em Portugal.

Não se nos afigura útil listar todos os aspectos que poderiam ser modificados no sistema educativo português para melhorar a educação das nossas crianças e jovens. Parece-nos mais útil realçar os aspectos de fundo, estruturais, que conduziram a educação à situação em que hoje se encontra.

No percurso do sistema educativo, houve encruzilhadas onde se tomou pelo caminho errado e que consideramos necessário corrigir.

1. Como consequência do movimento do 25 de Abril foi tomada uma medida que hoje é considerada por todos, ou quase todos, como errada, mas que até agora ninguém teve a coragem de corrigir: o fecho das escolas técnicas.

O elevado insucesso escolar, a feminização da frequência dos alunos a partir do 9º ano de escolaridade e o amplo abandono escolar confirmam uma realidade conhecida desde há muito pelos professores: muitos jovens estão integrados em planos curriculares inadequados às suas aspirações e capacidades. Todos conhecemos alunos que frequentam, com insucesso, um curso científico-humanístico e que acabam por reconhecer que preferiam estar a frequentar outro e que mudam ou desistem de estudar. A última revisão curricular, em curso desde 2003, tentou romper com a escolaridade tradicionalmente académica de feição científico-humanista promovendo o ensino tecnológico e profissional, embora não tanto quanto o necessário. Pela experiência de quase três décadas desta academização, consideramos importante fomentar, de uma forma mais determinada, este ensino mais próximo da vida e do mundo, das necessidades do país e das capacidades de muitos jovens que não gostam nem querem adquirir conhecimentos desligados da prática.

2. Com o alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos cometeu-se um novo erro ao tentar perverter o conceito de escolaridade obrigatória através de legislação complementar: pais e professores foram levados a confundir nove anos de escolaridade obrigatória com a obrigatoriedade de ter ao fim desses nove anos o 9º ano de escolaridade, enveredando-se por um caminho de crescente facilitismo. As faltas deixaram de ter importância, os professores que reprovassem um aluno no 9º ano eram castigados ficando, depois do ano lectivo terminar a dar aulas de recuperação ao aluno. Até porque, segundo a legislação, a obrigação do professor era propor para esse aluno um currículo alternativo, tão simplificado quanto o necessário, para o aluno ser capaz de aprender. Como não havia avaliação externa e o professor era soberano, o caminho mais fácil era facilitar a vida ao aluno e dar-lhe a possibilidade de passar de ano.

Logicamente os dados sobre a percentagem de jovens com o 9º ano em Portugal disparou para valores elevados. A realidade, contudo, era bem outra. Passou a haver em Portugal um grande número de quase analfabetos

com o certificado do 9º ano. Daí o baixo nível de literacia dos portugueses que tanto empolamento mereceu na comunicação social há alguns anos atrás.

A pouco e pouco os professores começaram a receber alunos no 5º e mesmo no 7º ano de escolaridade que liam a soletrar e mal sabiam escrever. Foram então a colocados professores do 1º ciclo em escolas do 2º ciclo (e foram pedidos para algumas do 3º ciclo) para ensinarem estes alunos a ler e escrever.

Os alunos que iam assim transitando de ano sem terem os conhecimentos e competências exigíveis para a sua idade e grau de ensino nunca mais conseguiam recuperar satisfatoriamente, não só por falta de bases como pela acumulação, ano após ano, de lacunas cada vez maiores e mais difíceis de ultrapassar.

3. A designação de ensino básico aplicada a toda a escolaridade obrigatória do 1º ao 9º ano de escolaridade foi outro erro com consequências graves. Esta designação, aliada ao aspecto anteriormente focado, levou a que o ensino básico fosse encarado no sentido literal. Ensino básico, elementar, o mais simples, o que está no fundo da escala de importância e não, como devia ser, o ensino que constitui a base sobre a qual assenta todo o percurso académico subsequente. No ensino básico o aluno devia adquirir os conhecimentos, as competências, os hábitos de trabalho e de organização, que lhe permitissem prosseguir o percurso académico sem sobressaltos. Os primeiros 4 a 6 anos deviam constituir a base de sustentação a que se devia conferir a máxima importância e dignidade, já que uma base frágil compromete irremediavelmente o percurso seguinte. Nenhum aluno devia poder passar ao patamar seguinte sem ter adquirido os conhecimentos e competências do nível anterior. Por isso mesmo, saudamos a re-introdução de exames nacionais nos finais de cada ciclo.

4. Na sequência do atrás exposto a imagem do professor saiu extremamente degradada. As pedagogias que iam sendo divulgadas, apelavam para o aspecto lúdico da aprendizagem, realçando como extremamente desejável a aprendizagem sem esforço, se possível a brincar. Simultaneamente, a responsabilização do professor pelo processo de ensino/aprendizagem, responsabilizando-o quer pelo ensino quer pela aprendizagem (que devia ser da responsabilidade do aluno) levou os professores a serem socialmente cada vez mais culpabilizados pelo insucesso dos alunos e da escola em geral e os alunos a tornarem-se cada vez mais passivos e irresponsáveis.

Na sociedade actual, mais do que nunca, é fundamental que os jovens se apercebam que nada do que vale realmente a pena se consegue sem esforço. Que o esforço para aprender tem de ser feito por ele, assim como ao professor cabe a tarefa de proporcionar as situações de aprendizagem mais adequadas para o aluno aprender. Culpabilizam-se os professores por reprovarem os alunos, mas não se esclarece que o professor se limita a classificar o desempenho do aluno e que é a falta de qualidade desse desempenho que o reprova.

A culpabilização dos professores pela reprovação dos alunos, levou a que os

professores se preocupassem sobretudo com os alunos mais fracos e a preocuparem-se menos com os melhores, afinal os que no futuro melhor podiam servir o país. À massificação respondeu-se com a integração da diversidade, um princípio aparentemente pedagógico, pro-social e pro-multicultural. Assim, é normal uma turma incluir bons e muito bons alunos, médios, fracos e muito fracos, muitas vezes ainda com um aluno que apresenta uma deficiência ou necessidade educativa mais ou menos profunda, esperando-se que o professor transforme esta diversidade numa turma coerente, em que todos os alunos progridem e alcançam sucesso. Infelizmente, esta realidade tem acentuado o fosso entre os diferentes tipos de alunos, desmotivando uns e outros e o próprio professor onde, no final, todos perdem. Será admissível pedir aos professores que preparem, de forma sistemática e estruturada, estratégias e recursos capazes de satisfazer as exigências de tal diversidade? Se estamos a obrigar todos os alunos a percorrerem um único percurso educativo do primeiro ao nono ano, o normal seria deixar-se cair os que, por não gostarem, não quererem ou não terem capacidade, não pretendem prosseguir os estudos, apostando nos melhores que poderiam constituir, mais tarde, a riqueza intelectual do país. Pena é que para os outros não exista um percurso educativo com igual dignidade e exigência mas mais conforme aos seus gostos, aspirações e possibilidades, donde poderiam sair técnicos educados e de excelência.

5º A tendência de culpabilizar os professores pelos males da educação levou naturalmente à ideia de se fazer a sua avaliação. Houve então uma série de tentativas nessa área assistindo-se actualmente na escola os professores a serem classificados de "Satisfaz" ou, em casos raríssimos, de "Não satisfaz", obrigando-se o próprio professor, caso se considere merecedor de classificação superior, a fazer prova do seu merecimento, o que muitos professores excelentes se recusam a fazer. Afinal, "elogio em boca própria é vitupério". Entretanto os funcionários da mesma escola são praticamente todos classificados de "Muito bom". No momento a avaliação dos professores tornou-se novamente um tema quente, mas há que ter em conta que a maior parte dos problemas que existem relativamente à competência dos professores se devem a erros sucessivos que se têm vindo a cometer na formação dos professores, da responsabilidade da tutela. Dentre eles salientamos os seguintes:

- A selecção de orientadores de estágio pedagógico usando como critério preferencial o ser efectivo da escola onde o estágio ia funcionar como se, pelo facto dum professor ser efectivo numa escola fosse condição suficiente para esse professor possuir as competências para supervisionar e orientar a formação de outros professores. Implicitamente transmitiu-se a toda a comunidade escolar e aos Pais que orientar professores em início de carreira na prática pedagógica era algo que qualquer um podia fazer.

- A descentralização para as DREs da responsabilidade dos estágios pedagógicos de que resultou de imediato o desinvestimento na selecção e formação dos orientadores de estágio a nível das escolas. As cinco reuniões anuais de coordenação das actividades e aferição dos critérios de classificação dos diferentes núcleos de estágio a nível nacional, três das quais complementadas com acções de formação, duas nas áreas científicas do grupo 11ºB e outra na área da psico-pedagogia, desapareceram por completo e nada mais foi feito nessa área, excepto algumas tentativas de coordenação da autoria dos próprios orientadores. Mais uma vez se

minimizou a importância da formação dos professores, pois é muito diferente saber teoricamente como ensinar e a prática numa turma de alunos pelo que o papel de um bom orientador pedagógico é fundamental. Antes da criação das DREs os orientadores chegaram mesmo a sugerir a realização de exames psicotécnicos obrigatórios para todos os alunos universitários que pretendessem enveredar pelo ramo educacional, por enfrentarem situações de professores estagiários (logo, no último ano da licenciatura) que, por razões diversas, não possuíam a mínima aptidão para dar aulas ou lidar com alunos. Esta opinião nunca foi tida em conta. No entanto, actualmente, surge a Professora Robalo Cordeiro, vice-reitora da Universidade de Coimbra, a sugerir exames de acesso aos indivíduos que, com a licenciatura já tirada, pretendam ingressar na docência.

-Considerar como ensino básico os primeiros nove anos de escolaridade, com a consequente entrega da formação desses professores às ESEs. Essas escolas deveriam ter sido dignificadas e valorizadas como formadoras de professores que lançassem, com mestria, as bases sólidas e firmes, do 1º ao 6º ano, onde se podia assentar com segurança qualquer percurso educativo. No terceiro ciclo já deveria haver diferenças consoante se destinasse ao prosseguimento de estudos mais académicos ou ao ensino profissional ou profissionalizante, devendo ser ministrado nas respectivas escolas secundárias ou profissionais.

-A promoção de grandes reformas e constantes mudanças no currículo dos alunos, sem uma preparação prévia dos professores para essas mudanças, com exigências cada vez maiores e mais abrangentes.

Em resumo, apesar dos esforços de muitos professores que tentavam elevar o nível da educação, a deficiente formação dos professores aliada a uma legislação que transmitia a ideia dum facilitismo crescente, levou a uma preparação dos alunos cada vez mais deficiente, impossível de ignorar por mais tempo face aos resultados que vieram ao conhecimento público, tanto em provas realizadas, como na percentagem de reprovações a nível do 10º ano de escolaridade e nos números do abandono escolar. A tutela tentou então sustentar a derrocada com soluções perfeitamente inadequadas, de que se destacam:

-Introdução de provas globais a nível de escola. Esta medida possibilitou condições para a possível existência de alunos a terem conhecimento das provas antecipadamente, professores a ensinarem os alunos a resolvê-las por não quererem ficar mal perante os colegas, e outras situações que, segundo um princípio que podemos chamar de possibilismo ambiental, eram perfeitamente previsíveis, como atempadamente a APPBG alertou em reuniões do extinto Conselho Nacional de Exames do Ensino Secundário.

-Criação de provas de aferição com a finalidade de avaliar o ensino realizado pelos professores e sem qualquer efeito na avaliação dos alunos. Mais uma vez foram criadas condições para haver alunos a falsearem propositadamente quer os seus dados pessoais quer as respostas às questões das provas, como também era previsível e atempadamente a nossa Associação previu e alertou.

-Paralelamente as universidades e politécnicos depois introduzidos os

numerus clausus, demitem-se do processo de acesso dos alunos às suas instituições, passando a utilizar as notas obtidas pelos alunos no ensino secundário, sobretudo a nota da classificação interna dada pela escola. Foram assim criadas as condições para a procura de explicações complementares às aulas subir em flecha, o que acarretou:

I- Uma desigualdade de oportunidades no acesso ao ensino superior, com alunos cujos pais têm elevadas possibilidades económicas a ter explicações a todas as disciplinas e, nas disciplinas mais difíceis, mais do que um explicador para a mesma disciplina;

II- Uma oportunidade de lucro para os professores, que lançando-se nesta área podem aumentar significativamente o rendimento mensal, consoante a fama que adquiram na praça como explicadores. A importância da sua cotação neste mercado leva-os a só aceitarem como explicandos (ou a aceitarem preferencialmente) os bons alunos que assim se distanciam cada vez mais daqueles que por razões diversas enfrentam maiores obstáculos na obtenção de notas elevadas. Neste contexto, avaliar um professor pelos resultados obtidos pelos seus alunos tanto na classificação interna como nos exames nacionais pode significar avaliar os explicadores desses alunos. Os alunos de um professor real e reconhecidamente incompetente, podem ter resultados óptimos porque este professor tem tendência em favorecer os alunos para evitar queixas e os alunos vêem-se na obrigação de arranjam um bom explicador particular para poderem aprender. Por isso mesmo, caso se insista na avaliação dos professores, os dados fornecidos pelos pais sobre a competência e empenhamento dos professores do seu educando podem ser úteis. Contudo esses dados devem ser expressos pelo representante dos pais em cada turma e não por cada um dos pais individualmente e integrada na avaliação do Conselho Executivo.

-As condições atrás descritas criadas na educação, não só prejudicaram academicamente certos alunos para quem a igualdade de oportunidades foi letra morta, como não permitiu o seu crescimento do ponto de vista da justiça e da ética social.

-Finalmente chegou-se ao reconhecimento da necessidade de exames nacionais nos vários níveis de ensino, embora ainda com algumas restrições.

Por tudo o que foi anteriormente exposto não nos parece que seja dando opiniões sobre certos pormenores como o que deve ser ensinado na área da cidadania que se pode melhorar a educação em Portugal, mas sim atacando os erros de fundo que minam todo o nosso sistema educativo. Assim propomos:

1. Que o facilitismo que se instalou seja substituído por um grau de exigência crescente, o que aliás tem vindo a ser feito nalgumas áreas tais como a re-introdução de exames nacionais nos vários níveis de ensino, ainda que só se realizem exames nalgumas disciplinas consideradas mais importantes pela tutela;
2. Seja criada uma rede de escolas profissionais (técnicas, tecnológicas, como se considerar a designação mais adequada) públicas, em que todos os alunos que o desejem possam ingressar a partir do 6º ano de

escolaridade, com um nível de exigência e dignidade equivalente ao das escolas secundárias,

3. Que o actual 3º ciclo (que se poderia designar como ensino complementar obrigatório) passe a funcionar nas escolas secundárias ou profissionais onde o aluno ingressar;
4. Proporcionar mecanismos de permeabilidade entre os currículos, dos diferentes tipos de escolas;
5. Que se intensifique a rede de técnicos especializados em avaliação/orientação vocacional que ajudem os alunos a escolher o percurso educativo mais adequado às suas aptidões, capacidades e aspirações;
6. Que a formação inicial dos professores seja repensada e centrada nas competências docentes necessárias às exigências concretas da sua função. Pela importância crucial do primeiro e segundo ciclos de escolaridade na aquisição das competências fundamentais a qualquer percurso educativo posterior, a formação inicial dos professores destes níveis de escolaridade seja sujeita a especial atenção, revalorização e dignificação; .
7. Que se realize um exame psicotécnico a todo o indivíduo que queira ingressar na carreira docente, no início do ciclo específico para o ramo educacional, que garanta a existência de um mínimo de condições físicas e psicológicas para a profissão docente;
8. Que a formação contínua dos professores seja assegurada pelas instituições de ensino superior onde o professor adquiriu a sua formação de base, criando-se cursos de actualização e/ou aperfeiçoamento. Estes cursos devem ser elaborados em conjunto com as associações de professores, que recolherão e indicarão as necessidades mais prementes sentidas pelos professores da respectiva área disciplinar;
9. Que os orientadores de estágio pedagógico a nível das escolas sejam criteriosamente seleccionados entre os professores que na prática pedagógica se tenham revelado professores acima da média, a quem deve ser proporcionada formação contínua especializada;
10. Seja nomeado um responsável regional pelos estágios pedagógicos a nível das escolas, com experiência na área dos estágios, que terá a seu cargo promover a coordenação dos estágios e a aferição dos critérios de classificação dos professores estagiários da região;
11. Que em vez de se preocuparem tanto com a avaliação dos professores cujas falhas podem em muitos casos ser atribuídos à má formação inicial e contínua que adquiriram e ao desnorte das orientações superiores, se aposte na recuperação dos professores que manifestem dificuldades. Esta recuperação pode ser sob a forma de frequência obrigatória de formação complementar na área científica e/ou psico-pedagógica onde tiverem sido detectadas as dificuldades.
12. Que não se importem modelos de sistemas educativos de outros países com contextos sociais, económicos e culturais muito diferentes do

existente no nosso país. Concretamente referimo-nos ao caso da Finlândia que, a despeito do seu posicionamento no PISA tem, entre muitos outros aspectos, condições de temperatura e luminosidade que promovem uma vida muito mais confinada ao interior dos edifícios do que é suposto e desejável em Portugal.

13. A cidadania aprende-se no contacto com os outros, vivendo em interação, e a redução dos tempos de férias, dos intervalos entre as aulas, a preocupação em ter os alunos sempre confinados à sala de aula, não só tem acarretado maior indisciplina dentro das salas de aula como tem diminuído a possibilidade de vivência de cidadania, substituindo-a por aulas teóricas sobre cidadania, o que não tem o mesmo efeito.

Esperamos sinceramente que este nosso contributo possa ajudar na reflexão sobre o que se pode fazer para melhorar a educação em Portugal de forma a promover o progresso e desenvolvimento da sociedade portuguesa.